

Luiz Fernando Tomasi Keppen
Marcelo Zenkner
Coordenadores

Larissa Garrido Benetti Segura
Organizadora

SISTEMA DE INTEGRIDADE E PODER JUDICIÁRIO

Estudos em homenagem ao
Ministro Luiz Fux



FORUM

Luiz Fernando Tomasi Keppen
Marcelo Zenkner
Coordenadores

Larissa Garrido Benetti Segura
Organizadora

SISTEMA DE INTEGRIDADE E PODER JUDICIÁRIO

**Estudos em homenagem ao
Ministro Luiz Fux**

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro
DIREITO CONSTITUCIONAL, INTEGRIDADE;
COMPLIANCE; CONSELHO NACIONAL DE
JUSTIÇA; PODER JUDICIÁRIO; SISTEMA DE
JUSTIÇA; ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA.

Esta coletânea de artigos de renomados profissionais e pesquisadores é fruto de esforços individuais e coletivos articulados no sentido de pensar horizontes para as instituições do Poder Judiciário, em especial após a aprovação da Resolução CNJ nº 410, tendo em perspectiva a disseminação de uma cultura de integridade e de respeito às regras, de modo a elevar a transparência e promover a eficiência no setor público, papel este que une a todos os que compõem o Estado e pesquisam seu funcionamento.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003414

S623 Sistema de integridade e Poder Judiciário: estudos em homenagem ao ministro Luiz Fux / organizado por Larissa Garrido Benetti Segura ; coordenado por Luiz Fernando Tomasi Keppen, Marcelo Zenkner. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.
390 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-454-9

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Integridade. 5. Compliance. 6. Conselho Nacional de Justiça. 7. Poder Judiciário. 8. Sistema de justiça. 9. Administração Judiciária. I. Segura, Larissa Garrido Benetti. II. Keppen, Luiz Fernando Tomasi. III. Zenkner, Marcelo. IV. Título.

2022-2224

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEGURA, Larissa Garrido Benetti (org.); KEPPEN, Luiz Fernando Tomasi; ZENKNER, Marcelo (coord.). *Sistema de integridade e Poder Judiciário: estudos em homenagem ao ministro Luiz Fux*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 390 p. ISBN 978-65-5518-454-9.

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCPR. Mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ex-presidente do Colégio de Diretores de Escolas Judiciárias Eleitorais do Brasil. Ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Foi coordenador da construção e relator da Resolução CNJ nº 410/2021, que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário.

Marcelo Zenkner

Sócio nas áreas de Direito Administrativo & Projetos Governamentais e de Compliance & Investigação de Tozzini Freire. Marcelo possui mais de 25 anos de experiência na área jurídica, em especial em *compliance* e políticas anticorrupção. Foi promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo entre 1997 e 2019, onde ocupou várias funções no combate ao crime organizado, corrupção e improbidade administrativa. Também atuou como Secretário de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo, Estado pioneiro na implementação da Lei Anticorrupção Empresarial no Brasil. Após deixar o Ministério Público, foi selecionado e nomeado para o cargo de Diretor Executivo de Governança e *Compliance* da Petrobras, posição que ocupou entre 2019 e 2021. Marcelo é mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais pela FDV (Faculdade de Direito de Vitória) e doutor em Direito Público pela FDUNL (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa), Portugal. É membro do Conselho Consultivo de Ações Coletivas da Rede Brasil do Pacto Global da ONU e consultor da Comissão Permanente de Governança e Integridade do OAB de São Paulo.

Larissa Garrido Benetti Segura

Analista judiciário do Conselho Nacional de Justiça. Bacharel em Direito, mestre em Filosofia pela UNB e doutoranda em Direito pelo IDP. Tradutora de textos jurídicos e de filosofia para língua portuguesa. É secretária-executiva do Comitê Gestor Nacional da Justiça Restaurativa.

APRESENTAÇÃO

Luiz Fernando Tomasi Keppen	15
--	----

O SISTEMA DE INTEGRIDADE E *COMPLIANCE* NO PODER JUDICIÁRIO

Luiz Fernando Tomasi Keppen, Larissa Garrido Benetti Segura, Inês da Fonseca Pôrto	21
Introdução.....	21
1 Peculiaridades do Poder Judiciário e a corrupção.....	22
2 Os mecanismos de autocontrole da magistratura.....	26
3 O <i>compliance</i> e sistema de integridade judicial.....	28
3.1 A integridade pública.....	30
3.2 A Rede Global de Integridade Judicial.....	31
3.3 Reflexões finais.....	32
Conclusão.....	33
Referências.....	34

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INTEGRIDADE PÚBLICA: O FORTALECIMENTO DA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E O CONTROLE DA CORRUPÇÃO

Julia María Gracia de Castro	35
1 Introdução.....	35
2 Corrupção e integridade: que perspectivas?.....	36
2.1 Corrupção e ação coletiva: além do marco do principal-agente.....	36
2.2 A integridade como governação.....	41
3 A qualidade da democracia e a corrupção: a integridade como pilar.....	43
4 Integridade e boa governação: a importância dos sistemas de gestão para o reforço da confiança institucional.....	46
4.1 A integridade como uma dimensão crítica da confiança nas instituições.....	46
4.2 Uma perspectiva principiológica para a gestão da integridade pública.....	49
5 A importância da boa gestão da integridade pública no poder judicial e a Resolução nº 410/2021 do CNJ.....	52
6 Reflexões finais.....	56
Referências.....	57

A EVOLUÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Jordana Maria Ferreira de Lima, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues	61
1 A atribuição regulamentar do Conselho.....	61
2 Conceituação: integridade, ética e transparência.....	64
3 O Código de Ética da magistratura e normas agregadoras.....	67
4 Aprimoramento da transparência como atributo do Conselho..	72
5 Integridade no Judiciário.....	75
6 Considerações finais.....	76

EFICIÊNCIA E INTEGRIDADE: *COMPLIANCE* NO PODER JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO PARA MUDANÇAS EFETIVAS

Matheus Puppe	79
Introdução.....	79
1 <i>Compliance</i> e suas vertentes.....	80

2	Eficiência e integridade.....	82
3	<i>Compliance</i> e sua necessidade social.....	85
4	Processos e etapas <i>compliance</i>	87
5	Conclusão.....	89
	Referências	90

GOVERNANÇA E PODER JUDICIÁRIO: O CASO DA SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA

	Marcus Livio Gomes, Doris Canen, Ana Hendges	93
1	Introdução.....	93
2	Conceitos: governança e <i>compliance</i>	94
3	A aplicação no âmbito do Poder Judiciário	96
4	Normativos.....	99
4.1	Normativos internacionais	99
4.2	Normativos domésticos	100
5	Apresentação de casos	104
5.1	Legislação anticorrupção e <i>compliance</i> e o Tribunal Penal Internacional.....	104
5.2	Poder Executivo – nacional e internacional	107
5.3	Âmbito internacional – Poder Judiciário.....	109
5.4	Governança e <i>compliance</i> : um estudo de caso da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP/ CNJ.....	112
5.4.1	Publicação de relatórios mensais.....	113
5.4.2	Definição de fluxos de trabalho.....	114
5.4.3	O sistema de controle e acompanhamento de processos da SEP	114
5.4.4	Gestão dos acordos de cooperação da Secretaria.....	116
5.4.5	Controle de composição de microcolegiados	117
5.4.6	Tratamento do sistema de ouvidoria referente aos sistemas geridos pela SEP.....	117
5.4.7	SEP na Rede de Governança Colaborativa	117
5.4.8	Condução da Reunião de Análise da Estratégia pela SEP	118
6	Conclusões	119
	Referências	120

REGULAÇÃO RESPONSIVA E INTEGRIDADE: PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

	Henrique Abi-Ackel Torres	123
1	Introdução.....	123
2	A cultura regulatória e os sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário.....	124
3	A crise dos modelos regulatórios tradicionais	128
4	Os desafios comportamentais da regulação	132
5	O modelo de regulação responsiva.....	135
6	Conclusões	139
	Referências	140

INTEGRIDADE JUDICIAL E A PROTEÇÃO DE DADOS

	Rodrigo Pironti, Mariana Keppen	143
	Introdução.....	143
I	O papel da Alta Administração	145
II	Nomeação do encarregado de dados e de um comitê de privacidade	147
III	Gestão de riscos – elaboração do mapeamento de dados e matriz de riscos	149
IV	Monitoramento, aprimoramento e capacitação	152
	Conclusão.....	153
	Referências	154

OS EFEITOS COLATERAIS DO ULTRA COMPLIANCE

Tracy Reinaldet	157
1 Um Poder Judiciário que se aperfeiçoa: a Resolução nº 410 e o <i>compliance</i>	157
2 Até para o bom há limite: o problema do ultra <i>compliance</i>	164
Referências	173

CORRUPÇÃO NO JUDICIÁRIO POR DEPENDÊNCIA

Eduardo Saad-Diniz, João Victor Palermo Gianecchini	175
1 Introdução.....	175
2 Insuficiências do debate sobre a corrupção	176
3 Corrupção no Judiciário	179
4 A relevância dos programas de <i>compliance</i> para a corrupção por dependência	183

O IMPACTO DOS RESULTADOS DAS INVESTIGAÇÕES INTERNAS CORPORATIVAS EM PROCESSOS JUDICIAIS: A IMPORTÂNCIA DA AUTORREVELAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA A REPUTAÇÃO EMPRESARIAL E PARA A DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

Marcelo Zenkner	187
1 Os pilares do <i>compliance</i> e a importância dos sistemas de integridade.....	187
2 O reporte do resultado das investigações internas corporativas – benefícios e riscos	189
3 O tratamento dispensado às comunicações corporativas pelo Poder Público	196
3.1 As diretivas do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os órgãos de controle brasileiro	196
3.2 A Instrução Normativa nº 13/2019 da Controladoria-Geral da União	200
3.3 A Portaria Normativa nº 18/2021 da Advocacia-Geral da União	202
3.4 A Portaria Conjunta nº 4/2019 da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União	207
3.5 Na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.....	209
3.6 A Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.....	214
4 Reflexos das evidências coletadas em investigações internas nos processos judiciais	216
Conclusões finais.....	218
Referências	220

A DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE (DDI) E O GRAU DE RISCO DE INTEGRIDADE (GRI) NAS CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO

Rodrigo Pironti, Mirela Miró Ziliotto	223
1 É possível o Poder Judiciário solicitar o preenchimento, por potenciais licitantes ou contratados, de questionário de <i>due diligence</i> de integridade (informações relacionadas a perfil da pessoa jurídica, gestão da entidade, relacionamento com agentes públicos, histórico de litígios, programa de integridade e relacionamento com terceiros)?.....	227
2 Em que momento do procedimento é possível exigir esse preenchimento? Pode-se exigí-lo como condição para integrar o cadastro de fornecedores, como condição de habilitação ou como condição de contratação?	228
2.1 A questão das inconstitucionalidades formal e material da exigência do GRI.....	228
2.2 Existe algum caso prático a balizar a avaliação pelo Poder Judiciário e a ilustrar o posicionamento sobre a DDI e o GRI?... ..	232
Referências	244

COMBATE PELA INTEGRIDADE E MUDANÇAS NO JUDICIÁRIO	
João Maurício Adeodato, Maurício Rands	247
A RECOMENDAÇÃO DA OCDE SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA E SEUS EFEITOS SOBRE O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Christine Santini, Ligia Maura Costa	269
1 Introdução.....	269
2 O papel da OCDE	270
3 A Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública	276
4 A importância do CNJ para o Judiciário	280
5 O papel do CNJ na disseminação da cultura de integridade no Poder Judiciário	282
6 A Resolução nº 410, de 23 de agosto de 2021, do CNJ.....	286
7 A importância da cultura da integridade no Judiciário.....	290
8 Conclusão.....	292
Referências	293
PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DA INTEGRIDADE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	
Valter Shuenquener de Araujo, Carolina Ranzolin Nerbass	297
Introdução: a exigência de integridade e sua evolução no Brasil	297
O Conselho Nacional de Justiça e sua função	306
O Conselho Nacional de Justiça e a integridade	308
Conclusões	311
Referências	311
OS PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA ALINHADOS AO PODER JUDICIÁRIO	
Célia Lima Negrão, Roberto Livianu	313
1 Introdução.....	313
2 A governança na Administração Pública	314
3 A Justiça no Brasil.....	318
4 O modelo de governança necessário ao Poder Judiciário.....	322
5 Conclusão.....	329
Referências	329
“TONE OF THE TOP” E PODER JUDICIÁRIO: REFLEXOS DA ALTA ADMINISTRAÇÃO NA ATUAÇÃO DA MAGISTRATURA NOS SISTEMAS DE INTEGRIDADE	
Daniel Lança, Davi Lago	331
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA RESOLUÇÃO Nº 410, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: OS CONCEITOS DE COMPLIANCE E DE INTEGRIDADE SOB A PERSPECTIVA DAS NORMAS E ELEMENTOS AXIOLÓGICOS DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	
Theophilo Antonio Miguel Filho	345
1 Uma introdução sobre a Resolução nº 410, do Conselho Nacional de Justiça	345
2 Elementos axiológicos e normativos preexistentes no sistema jurídico pátrio e na experiência brasileira	347
3 <i>Compliance</i> , integridade e a Resolução nº 410, do Conselho Nacional de Justiça	359
4 Conclusão.....	363
Referências	364

A INTEGRIDADE COMO FORMA DE PROMOVER UMA
ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA EFICIENTE

Mário Augusto de Figueiredo Lacerda Guerreiro, David Miranda

Barroso	367
1 O Poder Judiciário e a governança pública.....	367
2 Integridade como pilar da governança pública	372
3 Sistemas de integridade já adotados no Poder Judiciário	381
4 Integridade como ponto central da administração judiciária	382
Referências	383
 SOBRE OS AUTORES.....	 385

Ana Hendges

Auxiliar administrativa do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas pela Universidade de Brasília.

Carolina Ranzolin Nerbass

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital. Especialista pela Universidade Federal de Santa Catarina em Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos. Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ (2022) e Juíza Auxiliar da Presidência do TJSC (2018-2022).

Celia Lima Negrão

Analista de carreira dos Correios, desde 2005, exerceu atividades de gestão, coordenação e liderança em diversas áreas, dentre elas, de Tecnologia, de Gestão de Pessoas, com a estruturação e coordenação de políticas e normas de *compliance* e riscos; na Auditoria Interna, com a coordenação de projetos voltados à prevenção de fraudes e à corrupção; na área de Relações Institucionais e Administração, na estruturação de políticas e dos processos voltados à sustentabilidade; na assessoria da prestação de contas, auditorias internas e externas, e na liderança e estruturação da área de *Compliance* e Riscos da empresa. Atualmente envolvida em projetos ESG e seus desdobramentos corporativos e educacionais. Possui experiência em governança e estratégia e gestão de pessoas no setor privado e no Sistema “S”. Especialista em Governança e *Compliance* pela UNB, em Gestão Estratégica Empresarial pela Universidade de São Paulo (USP), MBA na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, em Direito e Processo do Trabalho e certificada em Gestão de Projetos pelo Project Management Institute (PMI). Coautora do livro *Compliance, Controles Internos e Riscos*, 2ª edição, primeiro livro a abordar a Lei Anticorrupção e a Lei das Estatais, estando há mais de três anos no *ranking* dos mais vendidos na Amazon. Professora do curso ESG, o Elo de Governança e *Compliance*, pela 3R Capacita, autora de artigos publicados em informativos, revistas e jornais e produtora de conteúdo digital no Youtube. Articulista do Estadão e conselheira do Instituto Não Aceito Corrupção (INAC). Realiza palestras e *mentoring* nas áreas de governança, *compliance*, riscos, controles internos, planejamento estratégico, ESG e LGPD.

Christine Santini

Consultora jurídica, mediadora e árbitra (FCI Arb, CBAr). Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça de São Paulo. Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com MBA Executivo em Direito: Gestão e Business Law pela Fundação Getúlio Vargas.

Daniel Perrelli Lança

Advogado e mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa – Portugal. Especialista em Advocacia Pública pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE) e em *Compliance* Regulatório pela Universidade da Pensilvânia. É professor convidado da Fundação Dom Cabral (FDC) e do Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN), onde coordena o MBA em Governança, Riscos e *Compliance*.

Davi Pereira do Lago

Coordenador do Grupo de Pesquisa Cidades Transparentes no Laboratório de Política, Comportamento e Mídia (Fundação São Paulo/PUC-SP). Mestre em Teoria do Direito e graduado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito (PUC-Minas). Diretor-executivo do Instituto Não Aceito Corrupção.

David Miranda Barroso

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Doris Canen

LLM em Direito Tributário Internacional pela King's College London (Bolsista Chevening). Pós-graduada em Direito Tributário pela FGV. Mestre e bacharel em Direito pela UCAM. Membro do Grupo de Pesquisa de Tributação e Novas Tecnologias da FGV e de Tributação Internacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do IBDT.

Eduardo Saad-Diniz

Professor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e do Programa de Integração da América Latina da USP. Livre-docente em Criminologia pela FDRP/USP. Bolsista Produtividade CNPQ.

Henrique Abi-Ackel Torres

Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Doutor pela Universidade de Sevilha/ESP. Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos/MG. Professor da Faculdade de Direito Milton Campos/MG e do Ibmecc-BH/MG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2297979084674897>. E-mail: henriqueabiackel@gmail.com.

Inês da Fonseca Pôrto

Assessora no Conselho Nacional de Justiça, mestre em Direito.

João Maurício Adeodato

Mestre, doutor e livre-docente da Faculdade de Direito da USP. Ex-professor titular da Faculdade de Direito do Recife da UFPE, pesquisador 1-A do CNPQ e professor da Faculdade de Direito de Vitória e da Universidade Nove de Julho.

João Victor Palermo Gianecchini

Graduado em Direito pela FDRP/USP. Research assistant – Center for International Human Rights, John Jay College of Criminal Justice. Foi bolsista de iniciação científica da FAPESP e do CNPQ.

Jordana Maria Ferreira de Lima

Doutoranda em Direito Constitucional e mestre em Direito e Políticas Públicas.

Julia María Gracia de Castro

Doutoranda na NOVA School of Law (NSL), bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia (COVID/BD/151985/2021), investigadora do CEDIS (NSL), cofundadora do NOVA Compliance Lab, e *research associate* no NOVA Centre for Business, Human Rights and the Environment. É mestre em Direito Internacional e licenciada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É advogada (Brasil, seccional do Rio de Janeiro).

Larissa Garrido Benetti Segura

Assessora no Conselho Nacional de Justiça, mestre em Filosofia e doutoranda em Direito.

Ligia Maura Costa

Professora titular na FGV EAESP. Coordenadora geral do centro de estudos FGVethics. Livre-docente em Direito Internacional e bacharel em Direito pelo Largo de São Francisco. Doutora e mestre em Direito do Comércio Internacional pela Université de Paris-X-Nanterre. Advogada.

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mestre em Direito.

Marcelo Zenkner

Sócio do Escritório TozziniFreire Advogados/SP (colíder da área de Direito Administrativo, *co-head* do Grupo Regulatório e membro da área de Compliance). Ex-diretor de Governança e Conformidade da Petrobras. Ex-Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo. Ex-Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo. Sócio-fundador do Instituto IGIDO. Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (Faculdade de Direito de Vitória) e doutor em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Membro do Conselho Consultivo de Ações Coletivas da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o desenvolvimento de sistemas de integridade e *compliance* no âmbito do Poder Judiciário. Membro

do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o desenvolvimento de sistemas de integridade e *compliance* no âmbito do Ministério Público Brasileiro. Professor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) nos cursos de graduação e pós-graduação.

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Advogado. Mestrando em Direito Constitucional. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Marcus Livio Gomes

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ. Professor de Direito Tributário nos programas de mestrado e doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e doutor em Direito Tributário pela Universidade Complutense de Madrid. Pós-doutor e pesquisador no Institute of Advanced Legal Studies (IALS/University of London). Juiz Federal.

Mariana Keppen

Mestranda em Direito e Economia pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), Presidente da Comissão de Estudos sobre *Compliance* e Anticorrupção Empresarial da OAB/PR, membro consultora da Comissão Especial de Proteção de Dados do Conselho Federal da OAB. Advogada sócia e gerente da área de *Compliance* e Proteção de Dados do escritório Pironti Advogados.

Mário Augusto de Figueiredo Lacerda Guerreiro

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Juiz Auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra.

Matheus Puppe

LLM, PhD Candidate (Goethe). Advogado no Brasil, Alemanha e Portugal, atuando nas áreas de *Compliance*, Direito Digital, Proteção de Dados e Contratos Internacionais. Mestre em Direito e *Compliance* pela Universidade Goethe de Frankfurt, doutorando em *Compliance* pela Universidade Goethe de Frankfurt, especialista em Direito Global pela Universidade Livre de Bruxelas, especialista em Arbitragem Internacional pela Universidade Goethe de Frankfurt, especialista em Direito & Tecnologia pela Universidade de Estocolmo, especialista em Casos Globais e US Law pela Universidade de Masaryk. Autor de capítulos em livros sobre Proteção de Dados, *Compliance*, Regulação de Cripto moedas e Direito & Tecnologia no Brasil e no Exterior. Palestrante no Brasil, Rússia, China, África e Alemanha sobre Proteção de Dados, *Compliance*, Regulação de Cripto moedas e Direito & Tecnologia. Professor convidado da pós-graduação em Novas Tecnologias, *Compliance*, ESG e Contratos da USP. Professor convidado da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás, na Especialização em *Compliance* e Direito Penal Econômico.

Maurício Rands

PhD pela Universidade de Oxford, advogado, ex-professor adjunto da Faculdade de Direito do Recife da UFPE, ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e ex-Secretário de Acesso a Direitos da OEA.

Mirela Miró Ziliotto

Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Romeu Felipe Bacellar Filho. Advogada Sócia da área de *Public Law* do escritório Pironti Advogados e coordenadora da área de licitações e contratos. Professora do curso de pós-graduação em Licitações e Contratos da PUCPR.

Roberto Livianu

Procurador de Justiça no Ministério Público de São Paulo desde 1992, integrando atualmente a Procuradoria Criminal e o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça (biênio 2022/3 – eleito pelos pares). Graduado e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, com a tese Controle Penal da Corrupção. Autor de *Corrupção* (São Paulo, editora Quartier Latin, 2018, 3ª edição), obra baseada em sua tese de doutoramento, e organizador das obras *48 Visões da Corrupção* (São Paulo, Quartier Latin, 2016), *Corrupção na História do Brasil* (São Paulo, Editora Mackenzie, 2019), entre outras. Já integrou diversas bancas de mestrado e doutorado. Idealizou e preside o Instituto Não Aceito Corrupção,

além de ser colunista do jornal O Estado de São Paulo, do jornal digital Poder360, da rádio Justiça do STF e da rádio Band no Linha Direta com a Justiça. Foi presidente do Movimento do Ministério Público Democrático e integrou durante vários anos o gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, onde coordenou as áreas de informatização e comunicação, além de atuar em áreas técnico-jurídicas. É também cronista, autor já de duas obras de crônicas publicadas – *50 Tonas da Vida*, volume 1 (Ateliê Editorial – 2018) e volume 2 (Quartier Latin 2021). Foi comentarista do Jornal da Cultura de 2017 a 2019 e articulista do jornal Folha de São Paulo (2009 a 2021). É palestrante e professor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Ministério Público do Mato Grosso do Sul e integra o conselho editorial da Revista Interesse Nacional.

Rodrigo Pironti

Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid, doutor e mestre em Direito Econômico pela PUCPR. Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e diretor de Governança e Integridade do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos de Infraestrutura. Advogado sócio fundador do escritório Pironti Advogados.

Theophilo Antonio Miguel Filho

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direito da Administração Pública pela Universidade Gama Filho e especialista em Direito Processual Civil e Direito Sanitário pela Universidade de Brasília. Bacharel em Teologia e professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Direito Processual Civil, Direito Internacional Privado e Improbidade Administrativa). Coordenador científico da Comissão de Direito Internacional da Escola de Magistratura Regional Federal (Emarf) do Tribunal Regional Federal – 2ª Região, possui curso de extensão em Propriedade Intelectual pela PUC-Rio e é Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Tracy Reinaldet

Doutor em Direito Penal pela Université Toulouse I Capitole (França), em cotutela com a Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito Penal e Ciências Criminais pela Université Toulouse I Capitole (França). Representante do Brasil no Comitê Permanente da ONU na América Latina para a Prevenção do Crime. Professor da PUCPR. Advogado.

Valter Shuenquener de Araujo

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Público pela UERJ. Doutorado-sanduiche pela Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg. Professor associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ. Secretário-Geral do CNJ (2020-2022). Juiz Federal. Conselheiro do CNMP (2015-2020). Juiz auxiliar e instrutor no STF (2011-2014). Juiz auxiliar no TSE (2014-2015). Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001). Procurador Federal (2000). Advogado da Petrobras (1999).